

CONTRATO Nº 027/CEGÁS/2017

PROCESSO Nº 6040838/2017 – APENSO AOS PROCESSOS 5355436/2017 – 5396624/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, E (O)A  
EMPRESA MAMBO – TECNOLOGIA CRIATIVA  
LTDA - ME, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM  
QUE NELE SE DECLARA.

Pelo presente instrumento particular, a **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, com sede na Avenida Washington Soares, nº 55, 11º andar – Bairro Cocó, Cep.: 60.811-341, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade de nº 1570685-0 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e pelo Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e o(a) empresa **MAMBO – TECNOLOGIA CRIATIVA LTDA - ME**, com sede no(a) Rua Comendador Palmeira, nº 507, dala 05, Bairro Farol, Maceió/AL, CEP: 57.051-150, Fone: (82) 99352.8652, inscrita no CNPJ sob o nº 23.393.843/0001-09, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo(a) Sócio Administrador, Rodrigo Lessa de Azevedo Sampaio, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 99001107711 SCJDS/AL, e do CPF nº 057.719.504-24, residente e domiciliada(o) na cidade de Maceió, estado de Alagoas, na Rua Engenheiro Mário de Gusmão, Edifício Rubi, nº 694, aptº 801, bairro Ponta Verde, celebram o presente CONTRATO, oriundo do processo de dispensa de licitação, segundo as CLÁUSULAS E CONDIÇÕES abaixo dispostas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Este Contrato decorre da Dispensa de Licitação nos termos do inciso II do art. 29 da Lei 13.303/2016, os preceitos do direito privado, necessário ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente termo tem como objeto a contratação de agência digital para desenvolvimento do novo site institucional da CEGÁS, conforme ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E VALOR

3.1. O valor anual do presente Contrato é de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

3.2. Os recursos financeiros necessários aos pagamentos dos serviços prestados serão recursos próprios oriundos da CEGÁS e estarão enquadrados em SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

3.3 - Nos preços estabelecidos no Contrato estão incluídas todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, os serviços contratados.

#### CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE

4.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

[Signature]

[Signature]

[Circular Stamp: ASSESSORIA CEGÁS]

[Signature]

## CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. A entrega dos serviços será determinada pela conforme conveniência da CEGÁS.

5.2. O prazo de vigência e execução do presente Contrato será de até 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, devendo ser publicado, conforme preceituam o art. 39, *caput*, art. 51, § 2º, e art. 88 da Lei 13.303/2016;

5.3. Antes da sua entrega o fornecedor deverá contatar a CEGÁS, para o entrega e instalação dos serviços, através do Fone 3266.6924 e/ou 3266.6959.

## CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL

6.1. O prazo de conclusão dos serviços será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviços e da entrega de todos os materiais necessários, tais como logotipo, imagens de referência e reunião de briefing inicial, de acordo com o cronograma proposto abaixo:

Atividade	Prazo máximo para realização	Validação	Percentual de realização financeira do projeto
<b>Criação:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Criação de Layouts estáticos das páginas principais.</li></ul>	45 dias	Formalizado através do termo de aceite dos Layouts fornecido pela empresa licitante devidamente assinado pela Assessora de Comunicação e Marketing da CEGÁS	30%
<b>Programação:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Montagem HTML das páginas, desenvolvimento/customização do CMS (Content Management System)</li></ul>	45 dias	Formalizado através do Termo de Aceite das páginas navegáveis fornecido pela empresa licitante devidamente assinado pela Assessora de Comunicação e Marketing da CEGÁS	30%
<b>Conteúdo:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Coleta de conteúdos textuais e audiovisuais</li><li>▪ Cadastros dos conteúdos dinâmicos no CMS</li><li>▪ Otimização semântica do site</li></ul> <b>Integração de Sistemas</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Definição do processo de modelagem e integração</li><li>▪ Implementação das integrações</li></ul> <b>Otimização SEO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Otimização estrutural</li><li>▪ Validação do site por ferramentas de diagnóstico</li></ul>	90 dias	Formalizado através do Termo de Recebimento Definitivo do site, fornecido pela empresa licitante devidamente assinado pela Assessora de Comunicação e Marketing da CEGÁS	40%





6.1.1. Os serviços deverão ser entregues integralmente na Av. Washington Soares, nº 6475, Bairro – José de Alencar, Fortaleza/CE, CEP: 60.830-005.

6.1.2. Não serão recebidas entregas fracionadas

6.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.1. O projeto prevê o desenvolvimento de site utilizando a plataforma WordPress. Os requisitos e especificações deste site estão descritos no Anexo I do Anexo - Termo de Referência.

7.2. Desenvolver todo o trabalho definido atendendo a todos os requisitos apresentados no Anexo I;

7.3. A contratada deverá ter experiência mínima de 5 anos em desenvolvimento de projetos digitais, comprovada através de atestados de capacidade técnica emitidos por outros clientes, bem como apresentação de trabalhos desenvolvidos;

7.4. Para resguardar a segurança da CEGÁS a empresa deve cumprir todos os pré-requisitos necessários através da apresentação das certidões negativas exigidas em todos os âmbitos e devem ser associadas a uma entidade de representação nacional ou local do segmento digital, tais como ABRADI e/ou ACADI.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O recebimento dos serviços far-se-á mediante Termo Circunstanciado e ocorrerá:

a) **provisoriamente**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

b) **definitivamente**, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e consequente aceitação das Notas Fiscais pelo Gestor do contrato, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

#### CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

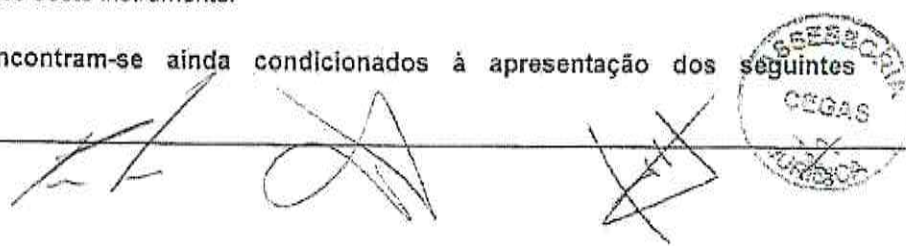
9.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da CEGÁS, devidamente atestada pelo gestor do contrato, referente ao objeto ora contratado, mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada, preferencialmente no Banco BRADESCO S/A ou no Banco informado pela Contratada.

9.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à **CONTRATADA** para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

9.2. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

9.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:



9.4.1. Documentação relativa à regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazendas Federal, Estadual e Municipal e Trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), além da Certidão Negativa de falência e/ou recuperação judicial, emitida pelo Cartório distribuidor da sede do licitante, com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

9.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em Cartório. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

9.6. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

9.7. Fica assegurado a CEGÁS o direito de deduzir de qualquer documento de cobrança da CONTRATADA, as importâncias correspondentes a multas e/ou débitos a que a mesma porventura tiver dado causa.

9.8. A CEGÁS deverá sustar os pagamentos, nas seguintes hipóteses:

- a) Má prestação dos serviços;
- b) Não cumprimento dos prazos, em desobediência às condições estabelecidas no Contrato e no Edital;
- c) Não apresentação dos documentos exigidos no subitem 9.4.1;
- d) Erro ou vício da fatura, notas fiscais ou recibos;
- e) Outras situações que o interesse público justificar.

9.9. Na ocorrência da hipótese prevista na alínea (d), supra, os documentos serão devolvidos para a respectiva correção, contando-se o prazo de seu vencimento a partir da data da sua reapresentação.


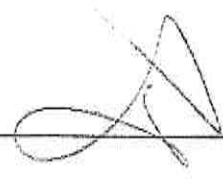
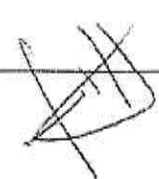

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

10.2. Manter-se durante toda a execução contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

10.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da **CONTRATANTE** proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.

10.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.



10.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATANTE**, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**.

10.6. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

10.7. Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CEGÁS ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.8. Gerenciar o projeto através da figura do Gerente de Projeto que desempenhará no mínimo as seguintes atividades e/ou documentações entregáveis: Reunião para apresentação da solução, geração de documentação inerente ao projeto, reunião de encerramento do projeto e entrega de documentação referente ao aceite definitivo.

10.8.1. O Gerente de projetos será o elo entre a Contratante e a Contratada, e apto a dirimir e resolver qualquer assunto relacionado a execução das atividades e entregáveis do projeto.

10.9. Zelar pelo sigilo dos serviços prestados, não divulgando nem fornecendo dados ou informações referentes aos dados gerados, sob as penas da lei, a não ser quando expressamente autorizado pela Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 13.303/16 e suas alterações posteriores.

11.2. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da **CONTRATADA**, que atenderá ou justificará de imediato.

11.3. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.4. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas neste Termo.

11.5. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento, na hipótese de a **CONTRATADA** não cumprir o Contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos materiais, arcando a referida **CONTRATADA** com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **CONTRATADA**, nos termos do art. 83 da Lei Nº 13.303/16, as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa;

III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a CEGÁS pelo prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

12.2. As sanções previstas nos incisos I e III deste Contrato poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

CEGÁS  
08  
[assinatura]

[assinaturas]



12.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

12.4. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da ordem de serviços ou instrumento equivalente;
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da autorização de serviços ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante;
- e) Multa de 15% (quinze por cento) pela recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;

12.5. A(s) multa(s) a que porventura a CONTRATADA der causa será(ão) descontada(s) da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

12.5.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

12.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo IPCA ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada a multa.

12.9. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstem a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Ceará, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

12.9.1. por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a contratada permanecer inadimplente;

12.9.2. por até 90 (noventa) dias, quando a contratada deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos exigidos, via Internet, de forma provisória, quer, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;



12.9.3. por até 12 (doze) meses, quando a contratada ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

12.9.4. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

12.9.4.1. apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

12.9.4.2. praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da licitação ou da contratação; ou

12.9.4.3. for multada, e não efetuar o pagamento.

12.10. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1. A inexecução total ou parcial do Contrato pelo **CONTRATADO** ensejará sua rescisão pela **CEGÁS**, com as consequências previstas neste Contrato e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

13.2. Considera-se em mora o **CONTRATADO**, pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

13.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

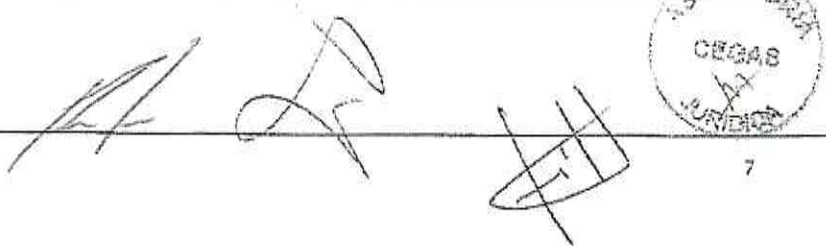
VI - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

VIII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

X - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

  
CEGÁS  
JURÍDICA

XI - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 81 da Lei 13.303/16;

XIII - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XIV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XV - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVII - descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

#### 13.4. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVI do item anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;

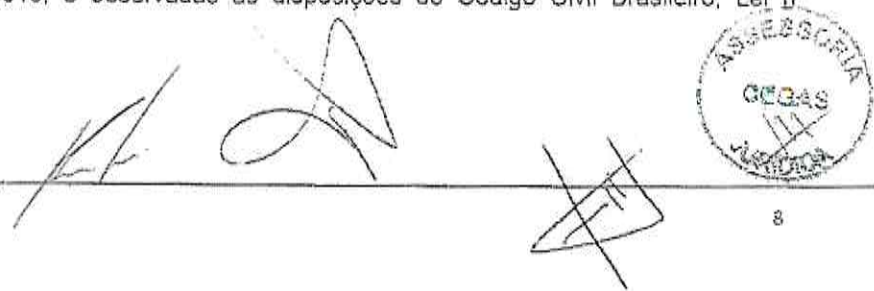
III - judicial, nos termos da legislação;

13.4.1. A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CEGÁS, bem como na assunção dos serviços pela CEGÁS na forma que a mesma determinar.

13.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

14.1. O contrato celebrado poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, e observadas as disposições do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002,





14.2. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o art. 81, §1º da Lei Federal 13.303/2016.

14.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

13.4. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

14.5. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a CEGÁS deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

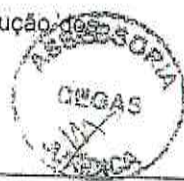
14.6. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Assessor de Comunicação e Marketing, como Gerente do Contrato e o Gerente de Tecnologia da Informação, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela CONTRATANTE.

15.2. O gestor e o fiscal do contrato terão as seguintes atribuições:

- a) expedir autorização de execução de serviços;
- b) proceder ao acompanhamento técnico da execução dos serviços;
- c) fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada;
- d) comunicar ao CONTRATADO o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
- e) solicitar a aplicação de sanções pelo descumprimento de cláusula contratual;
- f) fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendida às obrigações contratuais;
- g) atestar as notas fiscais para efeito de pagamento;
- h) recusar e devolver os serviços cuja execução não se verifique perfeita;
- i) solicitar reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, no total ou em parte, dos serviços recusados ou devolvidos;
- j) solicitar ao CONTRATADO e ao seu preposto todas as providências necessárias a boa execução dos serviços contratados;



k) notificar o CONTRATADO para apresentar defesa administrativa no prazo legal antes da aplicação das sanções, salvo no caso da advertência, cuja aplicação será aplicada pelo gestor do contrato.

15.3. A CEGÁS reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, sem que tal fato exima a CONTRATADA das obrigações assumidas. Assim sendo, atenderá prontamente às reclamações procedidas para fiel observância das exigências contratuais.

15.4. A CEGÁS poderá notificar a CONTRATADA, quando da inobservância de obrigações assumidas pelo CONTRATO, bem como aplicar sanções e multas devidas.

15.5. A ação ou omissão, total ou parcial, da FISCALIZAÇÃO da CEGÁS não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pelos fornecimentos.

15.6. No caso da inobservância, pelo CONTRATADO, das exigências da fiscalização, terá a CEGÁS, além do direito de aplicação das sanções previstas no Contrato, também o de suspender a execução dos serviços contratados e sustar o pagamento de quaisquer documentos de cobrança.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO


16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, que será o competente para dirimir as questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a CEGÁS e a CONTRATADA firmam este Instrumento, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas.


Fortaleza (CE), 04 de outubro de 2017.

  
**FÁBIO AUGUSTO NORCIO**

Diretor Administrativo e Financeiro  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

  
**HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR**

Diretor Presidente  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

  
**RODRIGO LESSA DE AZEVEDO SAMPAIO**

Sócio Administrador  
MAMBO - Tecnologia Criativa Ltda - ME

Testemunhas:

